

# SUMÁRIO

|                 |    |
|-----------------|----|
| INTRODUÇÃO..... | 19 |
|-----------------|----|

## *CAPÍTULO 1*

|                                        |    |
|----------------------------------------|----|
| O DEVIDO PROCESSO LEGAL COLETIVO ..... | 23 |
|----------------------------------------|----|

|                                                                                                                                                               |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1.1. Introdução .....                                                                                                                                         | 23 |
| 1.2. Conceito de litígio coletivo .....                                                                                                                       | 24 |
| 1.2.1. Conceito de sociedade .....                                                                                                                            | 25 |
| 1.2.2. Os litígios coletivos de acordo com os conceitos de sociedade: indicadores .....                                                                       | 28 |
| 1.2.2.1. Conflituosidade.....                                                                                                                                 | 28 |
| 1.2.2.2. Complexidade.....                                                                                                                                    | 30 |
| 1.2.3. Os litígios coletivos de acordo com os conceitos de sociedade: tipologia .....                                                                         | 32 |
| 1.2.3.1. Litígios coletivos de difusão global (litígios globais).....                                                                                         | 33 |
| 1.2.3.2. Litígios coletivos de difusão local (litígios locais) .....                                                                                          | 34 |
| 1.2.3.3. Litígios coletivos de difusão irradiada (litígios irradiados).....                                                                                   | 38 |
| 1.2.4. Síntese das categorias: como os litígios globais, locais e irradiados se relacionam com os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos? ..... | 44 |
| 1.3. O problema do devido processo legal.....                                                                                                                 | 51 |
| 1.4. Para que serve a participação no processo? .....                                                                                                         | 56 |

|                                                                                   |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1.5. Processando em nome de outrem: uma estrutura de processo representativo..... | 62 |
| 1.5.1. Interesses, opiniões e perspectivas.....                                   | 63 |
| 1.5.2. Uma proposta para a representação no processo coletivo.....                | 66 |
| 1.5.2.1. O princípio da titularidade definida dos interesses representados.....   | 69 |
| 1.5.2.2. O princípio da atuação orbital do representante.....                     | 70 |
| 1.5.2.3. O princípio da complementaridade entre representação e participação..... | 72 |
| 1.5.2.4. O princípio da variância representativa.....                             | 73 |
| 1.6. Conclusão parcial.....                                                       | 76 |

## **CAPÍTULO 2**

|                                                                             |           |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>ATUAÇÃO INTERATIVA E LITÍGIOS COLETIVOS.....</b>                         | <b>81</b> |
| 2.1. Introdução.....                                                        | 81        |
| 2.2. Direito à participação.....                                            | 83        |
| 2.2.1. A participação enquanto uma experiência.....                         | 90        |
| 2.2.2. A participação enquanto instrumento.....                             | 95        |
| 2.2.3. A participação como direito.....                                     | 100       |
| 2.2.4. Elementos da participação.....                                       | 103       |
| 2.2.4.1. Interação.....                                                     | 103       |
| 2.2.4.2. Informação.....                                                    | 104       |
| 2.2.4.3. Procedimentalização.....                                           | 107       |
| 2.2.4.4. Conclusão parcial.....                                             | 109       |
| 2.2.5. Níveis da participação: variância representativa.....                | 111       |
| 2.2.5.1. Notificação dos interessados (direito de notificação).....         | 112       |
| 2.2.5.2. Informação aos interessados (direito de informação).....           | 114       |
| 2.2.5.3. Ouvir os interessados (direito de audiência, de consulta).....     | 116       |
| 2.2.5.4. Influência por parte dos interessados (direito de influência)..... | 118       |

|                                                                                                           |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.2.5.5. Cooperação (comunidade de trabalho) .....                                                        | 121 |
| 2.2.5.6. Codecisão .....                                                                                  | 123 |
| 2.2.6. O TAC-Gov como piso mínimo de participação em litígios coletivos .....                             | 125 |
| 2.2.6.1. Entendendo o TAC-Gov .....                                                                       | 133 |
| 2.2.6.2. Elementos do piso mínimo participativo estabelecido pelo TAC-Gov .....                           | 144 |
| 2.2.6.3. A repactuação e o Novo Acordo do Rio Doce ..                                                     | 154 |
| 2.3. Mobilização do direito .....                                                                         | 160 |
| 2.3.1. Efeitos da mobilização do Direito .....                                                            | 166 |
| 2.3.2. A importância dos legitimados ativos nas hipóteses de grupos que se mobilizam após o litígio ..... | 171 |
| 2.4. Mobilização no direito .....                                                                         | 175 |
| 2.4.1. As atividades da mobilização no Direito .....                                                      | 178 |
| 2.4.1.1. Organização .....                                                                                | 179 |
| 2.4.1.2. Informação .....                                                                                 | 183 |
| 2.4.1.3. Participação .....                                                                               | 185 |
| 2.4.2. Níveis de envolvimento/engajamento .....                                                           | 187 |
| 2.5. Implementação das práticas de interação .....                                                        | 189 |
| 2.5.1. Identificação dos interlocutores .....                                                             | 190 |
| 2.5.1.1. Interlocutores nos litígios de difusão global .....                                              | 191 |
| 2.5.1.2. Interlocutores nos litígios de difusão local .....                                               | 192 |
| 2.5.1.3. Interlocutores nos litígios de difusão irradiada .....                                           | 194 |
| 2.5.2. Organização e mobilização .....                                                                    | 195 |
| 2.5.2.1. Organização interna .....                                                                        | 196 |
| 2.5.2.2. Organização/mobilização dos titulares dos direitos .....                                         | 197 |
| 2.5.2.3. A tecnologia a favor da participação social .....                                                | 198 |
| 2.5.3. Atuação interativa .....                                                                           | 200 |
| 2.5.3.1. Conteúdo da atuação interativa .....                                                             | 200 |
| 2.5.3.2. Atuação extrajudicial: procedimentos pré-processuais .....                                       | 202 |
| 2.5.3.3. Atuação extrajudicial: projetos sociais .....                                                    | 204 |
| 2.5.3.4. Atuação judicial .....                                                                           | 206 |
| 2.5.3.5. Negociação, acordos, TACs .....                                                                  | 207 |

|                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.5.4. Ferramentas de efetivação da participação.....                              | 210 |
| 2.5.4.1. Reuniões .....                                                            | 210 |
| 2.5.4.2. Audiências públicas .....                                                 | 211 |
| 2.5.4.3. Formação de instâncias de deliberação coletiva .....                      | 215 |
| 2.5.4.4. Aproveitamento das estruturas participativas das políticas públicas ..... | 215 |
| 2.5.4.5. Assessoria técnica independente.....                                      | 216 |
| 2.6. Conclusão parcial .....                                                       | 218 |
| 2.7. Roteiro prático .....                                                         | 220 |

### **CAPÍTULO 3**

|                                                                                                                                                                         |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>O DIREITO À ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE.....</b>                                                                                                                 | <b>223</b> |
| 3.1. Introdução .....                                                                                                                                                   | 223        |
| 3.2. Deveria existir um direito à assessoria técnica independente? ..                                                                                                   | 224        |
| 3.2.1. Desequilíbrio informacional, econômico e organizacional entre as partes .....                                                                                    | 235        |
| 3.2.2. O sistema judicial não está organizado e tecnicamente preparado para absorver e tutelar litígios coletivos de complexidade e conflituosidade média ou alta ..... | 239        |
| 3.2.3. Por se expressarem de maneira não tecnizada, a sociedade titular dos direitos não consegue acessar os espaços formais e institucionais de decisão .....          | 243        |
| 3.2.4. Mas, afinal, o que faz uma assessoria técnica independente?.....                                                                                                 | 248        |
| 3.2.5. Conclusão parcial.....                                                                                                                                           | 256        |
| 3.3. O direito à assessoria técnica independente .....                                                                                                                  | 258        |
| 3.3.1. Primeiros passos e previsões normativas.....                                                                                                                     | 259        |
| 3.3.2. Fundamentos do direito à assessoria técnica independente .....                                                                                                   | 265        |
| 3.3.2.1. Princípio republicano .....                                                                                                                                    | 266        |
| 3.3.2.2. Princípio democrático, Estado de Direito e democracia participativa .....                                                                                      | 268        |
| 3.3.2.3. Dignidade da pessoa humana (autonomias privada e pública).....                                                                                                 | 270        |
| 3.3.2.4. Princípio da centralidade do sofrimento da vítima .....                                                                                                        | 271        |

|                                                                                                                  |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.3.2.5. Sistematização.....                                                                                     | 274 |
| 3.3.3. Elementos do direito à assessoria técnica independente                                                    | 274 |
| 3.3.3.1. Independência em relação ao causador dos danos ou responsável pela efetivação do direito ...            | 275 |
| 3.3.3.2. Vinculação aos interesses dos assessorados .....                                                        | 282 |
| 3.3.3.3. Relação de confiança com os assessorados.....                                                           | 284 |
| 3.3.3.4. Controle social.....                                                                                    | 287 |
| 3.3.3.5. Multidisciplinariedade .....                                                                            | 290 |
| 3.3.3.6. Conclusão parcial.....                                                                                  | 294 |
| 3.3.4. Objeto do direito à assessoria técnica independente (assessoria técnica como <i>atividade</i> ) .....     | 295 |
| 3.3.4.1. Mobilização e organização .....                                                                         | 296 |
| 3.3.4.2. Produção de dados técnicos .....                                                                        | 303 |
| 3.3.4.3. Efetivação de fluxo de informações .....                                                                | 307 |
| 3.3.4.4. Elaboração e execução de metodologias participativas e de técnicas de tomada coletiva de decisões ..... | 312 |
| 3.3.4.5. Identificação e caracterização dos danos e dos grupos e indivíduos titulares do direito .....           | 317 |
| 3.3.4.6. Educação e formação em direitos .....                                                                   | 323 |
| 3.3.5. Resultados esperados (assessoria técnica como instrumento) .....                                          | 327 |
| 3.3.5.1. Direito ao processo justo .....                                                                         | 327 |
| 3.3.5.2. Paridade de armas, igualdade e contraditório no processo .....                                          | 329 |
| 3.3.5.3. Devido processo legal coletivo .....                                                                    | 333 |
| 3.3.5.4. Sistematização.....                                                                                     | 333 |
| 3.3.6. Titularidade e sujeito passivo .....                                                                      | 334 |
| 3.3.7. Conclusão parcial.....                                                                                    | 335 |
| 3.4. Não é assessoria técnica independente.....                                                                  | 336 |
| 3.4.1. A assessoria técnica não representa os seus assessorados.....                                             | 336 |
| 3.4.2. A assessoria técnica não é responsável pela veracidade e pela tempestividade das informações.....         | 337 |
| 3.4.3. A assessoria técnica não se confunde com assistência técnica.....                                         | 338 |

|                                                                                                 |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.4.4. A assessoria técnica não executa atividades de reparação dos danos.....                  | 339        |
| 3.4.5. Sistematização .....                                                                     | 340        |
| 3.5. Implementação e recomendações práticas para viabilizar o direito à assessoria técnica..... | 340        |
| 3.5.1. Experiências .....                                                                       | 341        |
| 3.5.2. Assessoria técnica independente para litígios de menor repercussão .....                 | 346        |
| 3.5.3. Efetivação do direito à assessoria técnica independente                                  | 348        |
| 3.5.3.1. Modelo de pedido .....                                                                 | 353        |
| 3.5.3.2. Modelos de cláusulas .....                                                             | 354        |
| 3.5.4. Custeio.....                                                                             | 356        |
| 3.5.5. Formas de contratação .....                                                              | 356        |
| 3.5.6. Credenciamento .....                                                                     | 358        |
| 3.5.7. Processo de escolha.....                                                                 | 360        |
| 3.5.7.1. Modelo de Termo de Referência .....                                                    | 364        |
| 3.5.7.2. Modelo de Edital de Chamamento Público.....                                            | 368        |
| 3.5.7.3. Modelo de Plano de Trabalho e detalhamento das atividades.....                         | 371        |
| 3.6. Conclusão parcial .....                                                                    | 374        |
| <b>CONCLUSÃO .....</b>                                                                          | <b>377</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                        | <b>379</b> |